



**Assunto: Interpelação escrita apresentada pela deputada à Assembleia Legislativa, Chan Hong**

Em cumprimento das instruções dadas pelo Chefe do Executivo, vimos por este meio responder à interpelação escrita, da Sra. Deputada Chan Hong, de 4 de Março de 2016, enviada a coberto do ofício 190/E161/V/GPAL/2016, de 10 de Março de 2016, da Assembleia Legislativa, e recebido pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 14 de Março de 2016:

Relativamente ao primeiro ponto da interpelação, no que respeita à imigração ilegal, as autoridades de segurança pública fiscalizam de forma constante a situação e procedem ao respectivo combate, efectuando, entretanto, ajustamento na organização dos trabalhos de execução da lei no âmbito das águas marítimas sob a jurisdição exclusiva da RAEM.

Os SA realizaram primeiro uma revisão do planeamento relativo à área de serviços marítimos e ajustamento dos serviços para a área terrestre, colocando diversas embarcações de patrulhamento, adequando o respectivo posicionamento às precisas condições hidrográficas. Foi também estabelecido o Centro de Comando Marítimo, ao qual cabe mobilizar os recursos e as forças de execução da lei das três instalações de operações marítimas, e fiscalizar 24 horas as zonas marítimas ao longo da orla costeira confinantes com a RAEM para concretizar o dispositivo “circuito de reacção com resposta em meia hora”, mediante o qual pretende fazer responder imediatamente em caso de ocorrência nas águas sob a sua jurisdição. Os SA, através da melhoria do sistema de fiscalização costeira, do aperfeiçoamento das frotas e do reforço na recolha e análise de informações, aumentarão a capacidade de fiscalização, de prevenção e de combate à imigração ilegal, tornando a execução da lei mais eficiente.

Para além disso, segundo as informações e dados respectivos, o PSP reforçou a inspecção realizada nas imediações dos casinos, obras de construção, lojas e automóveis, aumentando a frequência das acções nos pontos onde decorrem frequentemente actividades de imigração legal para reforçar o combate à imigração ilegal na área terrestre.



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
保安司司長辦公室  
Gabinete do Secretário para a Segurança

-- Tradução --

No que concerne à colaboração interdepartamental, o Secretário para a Segurança decidiu, em finais do ano passado, criar o grupo de colaboração de trabalhos contra a imigração ilegal, composto por elementos dos Serviços de Polícia Unitários, dos SA, do Corpo de Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Polícia Judiciária (PJ), tornando possível uma organização e distribuição de trabalhos a cada parte do grupo pelos Serviços de Polícia Unitários, a fim de aumentar a eficácia de execução da lei. Actualmente, os SA são responsáveis pelo patrulhamento marítimo e da primeira linha costeira, enquanto o PSP e a PJ são responsáveis pela execução da lei na área terrestre e a investigação e combate à organização criminosa de imigração ilegal.

Os SA e o PSP continuam a reforçar a cooperação com a entidade responsável nas acções de execução da lei contra imigração ilegal, trabalhando em conjunto para eliminarem os riscos de segurança existentes nas fronteiras. Os dois serviços de segurança já criaram o mecanismo de trabalho conjunto contra imigração ilegal com a entidade responsável pela segurança fronteiriça de Zhuhai com o objectivo de promover a comunicação de informações, a cooperação nas acções de execução da lei e a capacidade de controlo às actividades de imigração ilegal. Para além disso, os SA mantêm relações de cooperação estreita com os serviços de execução da lei das regiões vizinhas e criaram diversas modalidades de prevenção conjunta, incluindo o mecanismo de comunicação imediata e a realização periódica de acções conjuntas, através das quais aumentaram a eficiência de prevenção e execução de lei *in loco*. Actualmente, estão em curso a comunicação e o intercâmbio com a Administração Geral da Alfândega da China, a Brigada Geral do Serviço Fronteiriço da Província de Guangdong e a Brigada Geral da Polícia Marítima da Província de Guangdong sobre a colaboração na execução da lei. O PSP continuará a manter em contacto e comunicação estreita com as entidades relativas do Interior para conhecer a tempo as informações mais actualizadas sobre os casos de crime e proceder à respectiva disposição de trabalhos.

Relativamente ao segundo ponto da interpelação, à base do “Sistema de Monitorização Digital da Cidade” (ou seja, “olhos no céu”), os SA estão a ponderar a inclusão do sistema electrónico de fiscalização marítima, que abrange o sul de Coloane, o leste de COTAI e as zonas marítimas entre as três pontes, assim como instalar o sistema de videovigilância no envolvente do Edifício do Posto Fronteiriço



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
保安司司長辦公室  
Gabinete do Secretário para a Segurança

-- Tradução --

de Macau, sito na ilha artificial da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, para reforçarem a fiscalização sobre a imigração ilegal e assegurar a segurança marítima e costeira.

Em termos de recursos humanos, devido ao ajustamento nos trabalhos de execução da lei, os SA já mandaram pessoal para exercer funções nas áreas marítima e terrestre. Por outro lado, ingressaram em Março do ano corrente 37 verificadores alfandegários, o que, conjuntamente com o processo de recrutamento de mais 145 pessoal, que está a decorrer, leva a crer que os recursos à disposição dos SA para combaterem a imigração ilegal atingirão o um nível de suficiência. O CPSP, por seu lado, também procedeu a um ajustamento adequado dos recursos humanos para satisfazer as necessidades de patrulhamento contra a imigração ilegal.

Em relação ao terceiro ponto da interpelação, as instituições de segurança estão agora a rever integralmente o conteúdo dos artigos da Lei n.º 6/2004 (Lei da Imigração Ilegal e da Expulsão), e continuam a recolher e analisar as opiniões por parte dos serviços de execução da lei para determinarem, o mais cedo possível, a direcção a seguir na alteração. Actualmente, os trabalhos de alteração estão a ser realizados de forma ordenada. As autoridades de segurança tentarão concluir, com a maior brevidade possível, o texto de alteração à lei para melhor responderem às necessidades da sociedade.

A Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança

Cheong Ioc Ieng

25 de Abril de 2016